

# Senado prepara-se para controlar guerra fiscal

**Idéias** — Ornelas já tem algumas idéias de normas para reger a renúncia fiscal. Ele acha que os mais pobres poderão oferecer condições melhores que os mais ricos. E mesmo nos Estados mais ricos, segundo ele, deverão ser dadas condições para que as áreas mais pobres ofereçam tarifas mais reduzidas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). "Minas, por exemplo, tem uma região extremamente pobre, o Vale do Jequitinhonha; São Paulo tem o Pontal do Paranapanema."

Para Ornelas, chegou a hora de Senado preocupar-se com a situação dos Estados e com as consequências da guerra fiscal. Com base em estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), do Ministério do Planejamento, concluiu que existem Estados oferecendo até 100% de renúncia no ICMS. "Há uma espécie de febre entre os governadores e um, para dar mais que o outro, passa a não cobrar nada." Segundo Ornelas, o Confaz não tem mais condição de dar solução para a crise entre os Estados. "Horizontalmente não se resolveu, então, vamos para soluções verticais, via Senado."

A emenda da guerra fiscal começará a tramitar juntamente com a da reforma da Previdência. As duas são polêmicas. A diferença é que a dos incentivos fiscais deverá ficar sob o olhar de 27 governadores, enquanto a da Previdência enfrenta as críticas de milhares de servidores públicos. A aprovação da proposta de Ornelas na Comissão de Constituição e Justiça foi por unanimidade. A de reforma da Previdência causou muitas discussões.

**Estudo** — O Ipea está fazendo um estudo para mostrar que a guerra fiscal entre os Estados, atrás de montadoras de automóveis, poderá significar o agravamento da crise fiscal em pouco tempo. "Qual é o impacto futuro sobre os Estados das negociações com as montadoras, qual a relação de custo e benefício?", indaga o presidente do instituto, Fernando Rezende. Segundo ele, no Paraná o acordo entre o governador Jaime Lerner (PDT) e a francesa Renault ganhou a tarja de secreto.

Rezende lembrou que não se repete, atualmente, o que ocorreu nos anos 60 e 70, em São Paulo: a chegada das montadoras trouxe um cinturão de outras indústrias, como a de autopeças. "A economia hoje é globalizada e uma fábrica nova não significa a abertura de novos negócios no ramo das peças ou dos pneus." Com um agravante social: a grande indústria costuma provocar migrações, o que traz problemas de infra-estrutura e faz cair o nível de vida, segundo o Ipea.

*Emenda que transfere a administração de incentivos fiscais começa a ser discutida dia 12*

JOÃO DOMINGOS

**B**RASÍLIA — Os senadores começam a examinar, a partir do dia 12, a emenda constitucional que transfere para o Senado a responsabilidade de administrar a guerra fiscal entre os Estados, hoje quase inteiramente voltada para a concessão de incentivos a montadoras de automóveis.

A emenda já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. A tarefa é hoje do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), mas o envolvimento de quase toda a Federação na disputa pelas fábricas acabou gerando um pacto da ilegalidade entre os secretários de Fazenda nos qual ninguém denuncia a iniciativa de ninguém.

Forçados a entrar na guerra, para manter o nível de investimentos nos Estados, os governadores, cada vez mais, têm atacado a medida. Os governadores Mário Covas (PSDB), de São Paulo, e Antônio Britto (PMDB), do Rio Grande do Sul, são hoje dois dos maiores críticos da guerra fiscal.

A emenda, do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), dá ao Senado o direito de fixar as alíquotas de renúncia fiscal para atrair indústrias e, em caso de conflito, de resolver a pendência. "Alguém tem de arbitrar a questão", afirmou. "O Senado é o órgão legítimo, por ter três representantes de cada Estado."

Por enquanto, a intenção de Ornelas é tirar do Confaz a responsabilidade pela solução dos conflitos. A emenda diz somente que caberá ao Senado fazer um projeto de resolução fixando as normas gerais para a política de incentivos dos Estados. A aprovação do projeto exige votos favoráveis de metade mais um dos senadores.